

MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO

**ANEXO G – DIRETRIZES PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE
CONTAS**

LOTE [•]

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]/[•]

SÃO PAULO

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP - Escolas

ÍNDICE

I - DIRETRIZES GERAIS	3
II – DA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA FIDUCIÁRIO	6
III – DO SALDO MÍNIMO DA CONTA GARANTIA	7
IV – DO FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA.....	8
VI – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES	11
VII – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	14

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP - Escolas

I - DIRETRIZES GERAIS

1. O presente ANEXO estipula as diretrizes obrigatórias mínimas para celebração, entre o PODER CONCEDENTE, a ARSESP, a CONCESSIONÁRIA e o AGENTE FIDUCIÁRIO, do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, necessário para operacionalizar o SISTEMA FIDUCIÁRIO da CONCESSÃO.

2. Salvo expressa disposição em sentido contrário contida neste ANEXO, os termos grafados em letras maiúsculas e não definidos expressamente de outra forma neste ANEXO terão os mesmos significados a eles atribuídos no CONTRATO DE CONCESSÃO, de acordo com o ANEXO L – GLOSSÁRIO, aplicando-se, igualmente, as disposições definidas no CONTRATO DE CONCESSÃO a respeito de sua interpretação.

3. O SISTEMA FIDUCIÁRIO tem, como pressuposto, a vinculação irrevogável e irretratável de parcela de recursos provenientes da QUOTA ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO devida ao Estado de São Paulo nos termos do art. 8º do Decreto-Lei nº 1.805/1980.

4. O SISTEMA FIDUCIÁRIO deverá dispor de uma CONTA CENTRALIZADORA para realização dos pagamentos da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, quando devida, e das demais obrigações de pagamento devidas pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS, e de uma CONTA GARANTIA cujo montante mantido em depósito será dado em penhor à CONCESSIONÁRIA, a serem geridas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, e a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA.

4.1. A CONTA CENTRALIZADORA desempenhará as seguintes funções:

a) receber recursos segregados, mencionados no item 2, da QUOTA ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO (QESE) para realização de pagamentos e formação e reposição, sempre que necessário, do SALDO MÍNIMO da CONTA GARANTIA;

b) realizar o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, quando devida, e das demais

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP - Escolas

obrigações de pagamento devidas pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS;

c) complementar o saldo da CONTA GARANTIA sempre que houver necessidade de seu acionamento pela CONCESSIONÁRIA

d) realizar o pagamento do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO devido mensalmente à ARSESP.

4.2. A CONTA GARANTIA desempenhará as seguintes funções:

a) manter, em depósito, o SALDO MÍNIMO, constituído na forma do item 10, com recursos provenientes da QUOTA ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO, cuja função será garantir o adimplemento das obrigações pecuniárias do PODER CONCEDENTE, em caso de inadimplemento ou mora, no âmbito da CONCESSÃO;

b) assegurar que o montante equivalente ao SALDO MÍNIMO seja oferecido como garantia pignoratícia em favor da CONCESSIONÁRIA para garantir o pagamento do APORTE e da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA em caso de inadimplemento ou mora por parte do PODER CONCEDENTE na condução do processo de emissão da ORDEM DE PAGAMENTO, ou insuficiência de saldo na CONTA CENTRALIZADORA.

5. O SISTEMA FIDUCIÁRIO será viabilizado pela celebração, entre o PODER CONCEDENTE, a ARSESP, a CONCESSIONÁRIA e o AGENTE FIDUCIÁRIO, do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS que deverá observar as diretrizes estabelecidas neste ANEXO, bem como as obrigações e demais disposições do CONTRATO e seus ANEXOS, em especial, o ANEXO I – DIRETRIZES PARA CERTIFICADOR INDEPENDENTE E VERIFICADOR INDEPENDENTE.

5.1. A celebração do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS consistirá em condição precedente à assinatura do CONTRATO na forma estabelecida pelo EDITAL.

6. A ARSESP deverá informar, mensalmente, o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP - Escolas

7. Os valores da QESE transferidos ao SISTEMA FIDUCIÁRIO deverão estar exclusivamente vinculados ao CONTRATO e serão utilizados para realizar o pagamento, à CONCESSIONÁRIA, das CONTRAPRESTAÇÕES MENSAS EFETIVAS, das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAS COMPLEMENTARES, quando devidas, e das demais obrigações de pagamento devidas pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS e, sempre que necessário, para recompor o SALDO MÍNIMO da CONTA GARANTIA.

8. A CONTA GARANTIA e a CONTA CENTRALIZADORA deverão ser mantidas abertas e em pleno funcionamento durante toda a vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO e somente poderão ser encerradas em caso de celebração de contrato com novo AGENTE FIDUCIÁRIO, ou caso sejam previamente abertas novas contas bancárias com as mesmas finalidades.

9. O SALDO MÍNIMO, bem como quaisquer valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA, deverão ser aplicados em investimentos de liquidez diária, atrelados à Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), observadas as seguintes alternativas:

9.1. Títulos Públicos de emissão do Tesouro Nacional, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas neste ANEXO, de acordo com o CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS firmado com o AGENTE FIDUCIÁRIO; e/ou

9.2. Cotas de fundo de investimento, com liquidez compatível com as necessidades da CONTA CENTRALIZADORA, cuja política de investimento admita a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados no item (i) acima, e apenas admita a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista e até o limite dessas.

9.3. Todas as aplicações deverão ser realizadas com recursos da CONTA CENTRALIZADORA e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na mesma conta.

9.4. Todo e qualquer rendimento obtido com os investimentos realizados com os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA será acrescido ao saldo da respectiva CONTA, para todos os fins deste ANEXO.

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP - Escolas

II – DA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA FIDUCIÁRIO

10. O PODER CONCEDENTE, a ARSESP e a CONCESSIONÁRIA deverão celebrar, no prazo fixado no EDITAL para a assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, o CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS com o AGENTE FIDUCIÁRIO de modo a estabelecer o SISTEMA FIDUCIÁRIO.

10.1. Caberá à CONCESSIONÁRIA efetuar a abertura das contas bancárias às quais serão atribuídas as funções de CONTA CENTRALIZADORA e CONTA GARANTIA em nome do PODER CONCEDENTE, e, por meio do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, outorgar plenos poderes ao AGENTE FIDUCIÁRIO para sua gestão.

10.2. Caberá à CONCESSIONÁRIA efetuar a abertura da conta bancária à qual será atribuída a função de CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA, cujos dados deverão ser informados ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

10.3. Caberá ao AGENTE FIDUCIÁRIO, uma vez celebrado o CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS e sem necessidade de qualquer manifestação ou autorização adicional do PODER CONCEDENTE, da ARSESP e da CONCESSIONÁRIA:

a) Segregar valores da QUOTA ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO na CONTA CENTRALIZADORA para:

1. após a emissão da ORDEM DE OPERAÇÃO, realizar a transferência mensal, do montante correspondente aos valores de 01 (uma) CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA e de 01 (uma) CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, sendo essa apenas quando devida, para efetuar os pagamentos da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO e ANEXO I – DIRETRIZES PARA CERTIFICADOR INDEPENDENTE E VERIFICADOR INDEPENDENTE, e outros previstos contratualmente, para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA;

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP - Escolas

2. a formação do SALDO MÍNIMO da CONTA GARANTIA e, sempre que necessário, da recomposição do seu valor na CONTA GARANTIA.
3. realizar o pagamento devido pela CONCESSIONÁRIA à ARSEP, à título de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO;

b) Encerradas as transferências estabelecidas no item “a” acima e quitado integralmente o valor devido à CONCESSIONÁRIA, destinar o valor residual dos recursos provenientes da QUOTA ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO devida ao Estado de São Paulo nos termos do art. 8º do Decreto-Lei nº 1.805/1980, observado o disposto no item 18.

III – DO SALDO MÍNIMO DA CONTA GARANTIA

11. O SALDO MÍNIMO, a ser constituído por meio da segregação de valores a serem depositados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO com recursos provenientes da QUOTA ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO devida ao Estado de São Paulo nos termos do art. 8º do Decreto-Lei nº 1.805/1980, corresponderá à soma dos valores de 06 (seis) CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS MÁXIMAS.

11.1. A constituição do SALDO MÍNIMO obedecerá ao seguinte cronograma:

- a) Em até 30 (trinta) dias da data da ORDEM DE INÍCIO, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá transferir, nos termos do art. 8º do Decreto-Lei 1.805/80, da conta de titularidade do FNDE de onde se origina a transferência constitucional da QESE, para a CONTA GARANTIA, a primeira parcela do SALDO MÍNIMO, o montante correspondente à soma dos valores de 03 (três) CONTRAPRESTAÇÕES MENSAIS MÁXIMAS, transferindo, tais valores, imediatamente, à CONTA GARANTIA; e
- b) Em até 360 (trezentos e sessenta) dias da data da transferência da primeira parcela do SALDO MÍNIMO, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá transferir, nos termos do art. 8º do Decreto-Lei 1.805/80, da conta de titularidade do FNDE de onde se origina a transferência constitucional da

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP - Escolas

QESE para a CONTA GARANTIA, o montante correspondente à soma dos valores de 03 (três) CONTRAPRESTAÇÕES MENSAIS MÁXIMAS, transferindo, tais valores, imediatamente, à CONTA GARANTIA.

IV – DO FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA

12. A CONTA CENTRALIZADORA será movimentada, com exclusividade, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, observado o disposto no item 13 deste ANEXO, para realização dos pagamentos da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, das demais obrigações de pagamento devidas pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS, e do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO devido mensalmente à ARSESP pela CONCESSIONÁRIA.

13. Nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá enviar o RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO à ARSESP até o dia 15[--] de cada mês com a estimativa o valor a ser pago à CONCESSIONÁRIA à título de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, sendo que a ARSESP, em até 5 dias do recebimento do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, deverá informar ao AGENTE FIDUCIÁRIO o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA a ser paga à CONCESSIONÁRIA e indicar o valor devido à título de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO.

13.1. Na hipótese de ausência de manifestação da ARSESP:

13.1.1. o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá transferir, da CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA, o valor indicado no RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO à título de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA EFETIVA, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades e disposições cabíveis previstas no EDITAL e seus ANEXOS e na legislação, bem como da revisão posterior do valor devido.

13.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO também deverá efetuar o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, sempre que for devida, mediante emissão da ORDEM DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR com a indicação do recebimento dos serviços correspondentes por parte do PODER CONCEDENTE.

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP - Escolas

13.2.1. Os pagamentos dos valores devidos à título de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR são independentes entre si, não se aplicando o instituto da mora cruzada entre eles em desfavor do PODER CONCEDENTE.

14. A ARSESP deverá emitir a ORDEM DE PAGAMENTO para o AGENTE FIDUCIÁRIO, contendo o valor final da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO devido, observado o disposto no item 13, em até 5 dias do recebimento do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO.

14.2. A emissão da ORDEM DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR pela ARSESP deverá respeitar o mesmo prazo da emissão da ORDEM DE PAGAMENTO referida no item 14.

15. Após a emissão da ORDEM DE PAGAMENTO, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá transferir o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA indicado na ORDEM DE PAGAMENTO e o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR indicado na ORDEM DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR à CONCESSIONÁRIA, observado o disposto no item 13, da CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA, e transferir o valor indicado a título de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO à ARSESP, em até 3 (três) dias úteis da emissão da ORDEM DE PAGAMENTO, observada a data limite do dia 25 do mês em curso.

16. A qualquer momento, a ARSESP poderá enviar notificação ao AGENTE FIDUCIÁRIO, com cópia à CONCESSIONÁRIA, solicitando a transferência, da CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA, dos valores de outras obrigações de pagamento devidas pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA mediante implemento das condições previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS.

16.1 Mensalmente, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá descontar, do valor correspondente à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA a ser transferido à CONCESSIONÁRIA, o montante de 0,5%, devido, pela CONCESSIONÁRIA, à título de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, diretamente da CONTA CENTRALIZADORA à conta de livre movimentação a ser indicada pela ARSESP.

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP - Escolas

V – DO FUNCIONAMENTO DA CONTA GARANTIA

17. Consistirão em eventos de inadimplência do PODER CONCEDENTE, autorizando o acionamento da CONTA GARANTIA:

17.1. Insuficiência de saldo na CONTA CENTRALIZADORA para fazer face do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e/ou da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR indicada na ORDEM DE PAGAMENTO;

17.2 Não emissão da ORDEM DE PAGAMENTO;

17.3. Emissão intempestiva da ORDEM DE PAGAMENTO;

17.4. Emissão da ORDEM DE PAGAMENTO com valor distinto do indicado no RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO aprovado pela ARSESP; e

17.5. Qualquer outra conduta, comissiva ou omissiva, do PODER CONCEDENTE ou da ARSESP que impeça ou crie obstáculos à realização da transferência, da CONTA CENTRALIZADORA à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA, dos valores devidos à título de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e/ou da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, se devida no respectivo mês, bem como das demais obrigações de pagamento devidas pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS.

18. Ocorrido qualquer evento de inadimplência, a CONCESSIONÁRIA deverá notificar, até o dia 23 de cada mês, o AGENTE FIDUCIÁRIO para que este transfira, até o dia 30 de cada mês, da CONTA GARANTIA para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA, o valor necessário para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e/ou da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, se devida no respectivo mês, bem como das demais obrigações de pagamento devidas pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO e seus ANEXOS para as quais o PODER CONCEDENTE não tenha exercido o dever indicado no item 16.

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP - Escolas

18.1. Caso a CONCESSIONÁRIA faça a notificação após o dia 23 de determinado mês, o pagamento referente será realizado até o dia 30 do mês seguinte. 18.2 Inobservados os prazos estipulados nos itens 18 e 18.1, será aplicada, a título de correção monetária e juros de mora, a variação *pro rata temporis* da taxa SELIC, a partir da consolidação do débito e até a data do efetivo pagamento à CONCESSIONÁRIA.

19. Sempre que a garantia pignoratícia constituída sobre o SALDO MÍNIMO for executada para o pagamento de eventual inadimplemento ou atraso no pagamento do PODER CONCEDENTE, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, independentemente de qualquer notificação, autorização ou providência do PODER CONCEDENTE, promover a sua reposição por meio de transferência de recursos disponíveis na CONTA CENTRALIZADORA, no dia 30 de cada mês, após os pagamentos mencionados no item 16.

20. No dia 30 de cada mês, após a realização de todos os pagamentos e transferências mencionados nos itens anteriores, o saldo remanescente na CONTA CENTRALIZADORA deverá ser transferido para conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE designada para recebimento dos recursos provenientes da QUOTA ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO devida ao Estado de São Paulo nos termos do art. 8º do Decreto-Lei nº 1.805/1980.

VI – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

21. Serão obrigações mínimas do PODER CONCEDENTE, ressalvadas outras que venham a ser previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS que sejam necessárias ou úteis ao bom funcionamento do SISTEMA FIDUCIÁRIO:

a) garantir o cumprimento integral e tempestivo do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, durante todo o período de vigência de cada CONTRATO, agindo sempre de boa-fé e garantindo que quaisquer medidas restritivas dos direitos conferidos às PARTES no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS sejam efetivadas em estrita conformidade com a lei e com a devida motivação;

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP - Escolas

- c) não criar, incorrer ou permitir que sejam constituídos quaisquer ônus, gravames ou embaraços sobre os valores depositados na CONTA GARANTIA ou na CONTA CENTRALIZADORA;
 - d) garantir que a CONTA GARANTIA e a CONTA CENTRALIZADORA sejam mantidas abertas por todo o prazo de vigência do CONTRATO e/ou sua liquidação integral, o que ocorrer por último, livres de quaisquer restrições, e viabilizar, sempre que necessária, a imediata abertura de nova CONTA GARANTIA e/ou CONTA CENTRALIZADORA, a fim de assegurar a continuidade dos fluxos de pagamentos devidos à CONCESSIONÁRIA, nos termos da legislação, do CONTRATO e do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS;
 - e) assegurar que montante correspondente ao SALDO MÍNIMO seja constituído tempestivamente, nos prazos estabelecidos neste ANEXO, observadas as disposições do CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS;
 - f) se necessário, designar dotação orçamentária com a finalidade de suportar e/ou complementar o custeio do SISTEMA FIDUCIÁRIO;
 - g) prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
 - h) informar, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, por escrito, a existência de qualquer demanda judicial ou extrajudicial que possa afetar os direitos da CONCESSIONÁRIA e os recursos depositados no SISTEMA FIDUCIÁRIO; e
 - i) indicar preposto que estará autorizado a acessar extratos e realizar outras operações permitidas no SISTEMA FIDUCIÁRIO.
22. Serão obrigações mínimas da ARSESP, ressalvadas outras que venham a ser previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS que sejam necessárias ou úteis ao bom funcionamento do SISTEMA FIDUCIÁRIO:
- a) emitir, nos termos do CONTRATO, a ORDEM DE PAGAMENTO para que o AGENTE FIDUCIÁRIO promova a transferência do valor correspondente à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA;

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP - Escolas

b) emitir, nos termos do CONTRATO, a ORDEM DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR, quando devida, para que o AGENTE FIDUCIÁRIO promova a transferência do valor correspondente à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

c) apresentar, juntamente à ORDEM DE PAGAMENTO, o RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO emitido pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE por ela devidamente aprovado, especificamente para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

d) indicar conta corrente de titularidade de sua titularidade designada para recebimento dos recursos provenientes do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO.

23. Serão obrigações mínimas do AGENTE FIDUCIÁRIO, ressalvadas outras que venham a ser previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS que sejam necessárias ou úteis ao bom funcionamento do SISTEMA FIDUCIÁRIO:

a) garantir o cumprimento integral e tempestivo do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, nos termos do presente ANEXO, durante todo o período de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO, agindo sempre de boa-fé e zelando pelos ativos sob sua custódia ou controle, com o mesmo grau de zelo empregado em relação a seus próprios ativos;

b) atuar, na qualidade de administrador da CONTA GARANTIA e da CONTA CENTRALIZADORA, como fiel depositário dos valores nela depositados, realizando, tempestivamente, as transferências e os pagamentos devidos, conforme previsto no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, nos termos do presente ANEXO;

c) desempenhar, única e exclusivamente, as funções expressamente previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, não estando implícita nenhuma outra função ou responsabilidade adicional ou complementar, como o saque ou a transferência de numerários de maneira independente;

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP - Escolas

d) recusar-se a efetivar determinações do PODER CONCEDENTE, da ARSESP e da CONCESSIONÁRIA que contrariem, expressamente, as disposições do CONTRATO e do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS; e

e) fornecer ao PODER CONCEDENTE, à ARSESP e à CONCESSIONÁRIA, sempre que solicitadas, as informações da CONTA GARANTIA e da CONTA CENTRALIZADORA, em prazo hábil.

23. Serão obrigações mínimas da CONCESSIONÁRIA, ressalvadas outras que venham a ser previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS que sejam necessárias ou úteis ao bom funcionamento do SISTEMA FIDUCIÁRIO:

a) realizar a abertura, em nome do PODER CONCEDENTE, da CONTA CENTRALIZADORA e da CONTA GARANTIA, bem como em nome próprio da CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA, e arcar com todos os encargos e taxas de abertura e manutenção da CONTA CENTRALIZADORA, da CONTA GARANTIA e da CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA;

b) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO cópia do CONTRATO;

c) garantir o cumprimento integral e tempestivo do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, nos termos do presente ANEXO, durante todo o período de vigência do CONTRATO, agindo sempre de boa-fé e de acordo com as boas práticas do mercado; e

d) realizar o pagamento da remuneração devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO pela prestação dos serviços objeto do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS.

VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

24. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser notificado de eventuais irregularidades na prestação dos serviços e será responsabilizado caso não as sane em prazo hábil.

25. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS deverá prever penalidades para a hipótese de inadimplemento das obrigações das partes.

PROCESSO SEDUC Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP - Escolas

26. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS permanecerá vigente durante todo o prazo de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO e/ou sua liquidação integral, o que ocorrer por último.

27. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS deverá prever que, caso a CONCESSIONÁRIA empenhe, ceda ou, de qualquer outra forma, transfira, diretamente, aos FINANCIADORES, os direitos à percepção da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e/ou da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá realizar os pagamentos de valores relativos à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e/ou da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, diretamente aos FINANCIADORES, mediante notificação dos FINANCIADORES.

28. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS poderá ser rescindido de comum acordo entre as PARTES, hipótese na qual um novo CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS deverá ser previamente celebrado, tendo o mesmo objeto e condições contratuais, com prazo de vigência a iniciar no dia útil seguinte ao da rescisão do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS anterior, considerado o tempo de vigência remanescente do CONTRATO DE CONCESSÃO.

29. É facultado à CONCESSIONÁRIA solicitar a extinção do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS e, superveniente, a celebração de novo CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS tendo o mesmo objeto e condições contratuais, na hipótese de atraso, por conduta atribuível ao AGENTE FIDUCIÁRIO, superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS EFETIVAS e/ou das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS COMPLEMENTARES que lhe forem devidas e/ou na hipótese de qualquer hipótese de inadimplemento parcial por parte do AGENTE FIDUCIÁRIO que inviabilize ou onere excessivamente a CONCESSÃO.